

Resumos

O telégrafo, o telefone e os novos meios de transporte como armas de guerra na ocupação portuguesa do Sul de Angola, no início do século XX

Arlindo Manuel Caldeira

As tentativas de Portugal para conseguir, no final do século XIX e início do século XX, uma ocupação efectiva do Sul de Angola, depararam não só com condições naturais hostis mas também com uma resistência muito firme por parte da maioria das populações locais, nomeadamente dos povos Humbe, Cuamato e Cuanhama. Neste artigo, procuraremos analisar e comparar as mais importantes campanhas militares portuguesas, de forma avaliar o papel que tiveram, no seu desenrolar e nos seus resultados, os meios de comunicação e de transporte, numa época de rápida evolução técnica.

Palavras-chave: Sul de Angola, ocupação, telefone, telégrafo, transportes motorizados.

Portugal's attempts to effectively occupy Southern Angola at the end of the 19th century and early 20th century had to not only overcome adverse natural conditions but also faced very strong resistance on the part of most local communities, especially the Humbe, Cuamato and Cuanhama people. This paper will attempt to analyse and compare the most important Portuguese military campaigns, especially focusing on the important role played by means of communications and transport in the outcome and development of these expeditions, in an age of rapid technological evolution.

Keywords: Southern Angola, occupation, telegraph, telephone, motorized transports.

As granjas do Estado em Angola: burocracia e economia natural na administração colonial portuguesa (1908-1920)

Maciel Santos

A partir de Max Weber tem sido feita uma ligação entre a instalação de administrações burocráticas e o desenvolvimento da monetarização. Entre as várias formas híbridas (burocracia com baixa remuneração monetária) consideradas, não têm sido incluídas as administrações coloniais europeias. Até um período relativamente tardio e para efeito de diminuição de despesas públicas, estas últimas funcionaram num quadro administrativo e militar sustentado pela corveia. No caso português, a instituição de base foi a “granja do Estado” ou “granja militar”. Esta paradoxal mistura de traços burocráticos e feudais foi inicialmente instaurada em Angola ainda no século 19 e, mais tarde, recuperada por Paiva Couceiro (1908) à luz do que, entretanto, estava a ser a experiência moçambicana. Mais tarde ainda (década de 1930), haveria novas versões no norte e centro de Moçambique, associadas a um cultivo “fiscal”- o algodão - previamente ensaiado em Angola.

Nesta comunicação tenta-se um historial básico das explorações agrícolas do Estado colonial português que, embora não exclusivas da administração colonial portuguesa (veja-se o caso do “champ du commandant” na AOF), teve nesta um papel relativamente original.

Palavras-chave: administração colonial, imposto camponês, cultivos forçados, “granjas do Estado”

Since Max Weber the close connection between the label “bureaucracy” and moneyed societies has been established.

Amongst the hybrid cases considered, the European colonial administrations have not so far been included. However, the goal of

reducing public expenditure led the colonial state apparatus to have several of its administrative and military tasks supported by direct labour services, at least in tropical Africa. In the Portuguese colonial administration the basic institution allowing for these savings were the so called “granjas do Estado”. This odd mix of bureaucracy and feudalism was initially implemented in the mid-19th century by the Angolan administration but it would only take its final format at the time of governor Paiva Couceiro (1907-1909). The colonial occupation of Southern Mozambique remained the main inspiration for the late Angolan experiments.

This paper attempts to give a brief insight of the experience of the State farms within the Portuguese colonial administration, in which it played an original role in spite that such practices were far from being exclusive of the Portuguese case (among others, the “champ du commandant” in French AOF).

Keywords: colonial administration, peasant tax, forced crops, State farms.

Decisão na Metrópole, Execução no Ultramar

Luís Filipe Madeira

No domínio do político e do administrativo, a condição básica de possibilidade de existência de um Estado colonial que se possa classificar como um verdadeiro género é a existência de um grau suficientemente expressivo de autonomia em relação ao Estado Metropolitano. Caso contrário, o impedimento de exercer de um poder político próprio, reconhecido como tal pelo Estado Metropolitano, relega o Estado colonial para a categoria de mera subespécie. Neste contexto, no que concerne ao Estado colonial português, o presente artigo tem

a ambição de inquirir sobre o grau de autonomia de que beneficiavam os órgãos de governo colonial em relação à Metrópole e de avaliar se a margem de manobra de que beneficiam os governos e as administrações coloniais permite classificá-los como um género específico dentro da categoria Estado. Embora do ponto de vista jurídico, durante o segundo e terceiro quartéis do século XX, as colónias portuguesas sempre tenham beneficiado do estatuto de descentralização administrativa e de autonomia financeira, um conjunto de poderes descentralizados que, pelo menos do ponto de vista formal, lhes conferia algum poder próprio de decisão em matéria financeira e orçamental, as convicções antidemocráticas do Estado Novo e as suas tendências centralizadoras lançam grandes dúvidas quanto ao seu desejo e às suas capacidades de fomentar o desenvolvimento nas colónias de estruturas estaduais com um grau de autonomia suficiente ao desenvolvimento de atributos que pudessem transformar o aparelho de Estado colonial numa entidade dotada de especificidades relevantes em relação ao Estado Metropolitano. Assim, a análise das competências dos diferentes órgãos de governo do Estado Metropolitano que detinham atribuições em matéria de governo dos territórios ultramarinos e o estudo das condições do exercício do poder político por parte das instituições responsáveis pelo governo e administração das colónias portuguesas constituem duas faces dum processo que permitirá cartografar a rede de distribuição de poder orçamental que caracterizou o Império colonial português durante o período analisado. A reflexão crítica sobre os processos de designação dos titulares dos órgãos de governo das colónias, as modalidades de exercício das competências atribuídas aos governantes ultramarinos ou a latitude com que os governos locais exerciam os poderes que lhes eram conferidos permitirá revelar a natureza profunda tanto do Estado Metropolitano como do Estado Colonial português.

Palavras-chave: governo colonial, descentralização administrativa, poder financeiro.

In what regards the political and administrative fields, the basic requirement for the existence of a colonial state which may be labeled as a true genus is the existence of a sufficiently relevant degree of autonomy vis-à-vis the Metropolis. In the opposite case, for the colonial state, the impediment to be able to exercise a proper political power recognized as such by the Metropolis relegates the colonial state to the category of mere sub-species. In this context, in what concerns the Portuguese colonial state, this article aims at enquiring as to the degree of autonomy which the colonial government entities benefited from in relation to the Metropolis and at evaluating whether the leeway available to the governments and colonial administrations permits to classify them as a specific genus within the category of 'state'. Although from a juridical point of view, during the second and third quarters of the 20th century, the Portuguese colonies always benefited from the status of administrative decentralization as well as financial autonomy, a set of decentralized powers which, at least from a formal point of view, granted them some decision power as far as financial and budgetary matters were concerned, the anti-democratic convictions of the Estado Novo and its centralizing tendencies raise serious doubts regarding its wish and capacities to enhance, in the colonies, the implementation of state structures with a sufficient degree of autonomy to the development of attributes which might transform the colonial state apparatus into an entity possessing relevant specificities vis-à-vis the Metropolis. Thus, the analysis of the Metropolis' scope of competences of the different government agencies which were granted assignments in matters of the overseas territories' government, and the study of their conditions for the responsible institutions, the government and administration of the Portuguese colonies

exercise of the political power constitute two features of a process that will permit to map the budgetary power distribution net which characterized the Portuguese colonial Empire in the period under scrutiny. The critical reflection on the appointment procedures of the colonies' government holders, the modalities of exercising competences granted to the overseas officials or the latitude with which the local governments exercised the powers which they were granted will allow the disclosure of the profound nature both of the metropolitan State and the Portuguese colonial State.

Keywords: Colonial government, administrative decentralization, financial power.

Sistemas jurídicos e judiciais Os tribunais coloniais e a aplicação da justiça aos indígenas

Manuela Assis

Entre o final do século XIX e o início do século XX, fruto da impossibilidade da aplicação das leis portuguesas no Ultramar e da incapacidade da administração colonial em se adaptar às estruturas sociopolíticas dos povos colonizados, a aplicação da justiça nas colónias portuguesas resultou numa justiça diferente da aplicada em Portugal.

Palavras-chave: política colonial, tribunais coloniais, pluralismo jurídico.

Between the late nineteenth and early twentieth century, due to the impossibility of applying the laws of Portugal Overseas and the inability of the colonial administration to adapt to socio-political structures of colonized peoples, the application of justice in the Portuguese colonies resulted in a righteousness different from applied in Portugal.

Keywords: politics colonial, colonial courts, legal pluralism.

Da metrópole à colônia: administração da justiça no norte de Moçambique (1894-1930)

Fernanda do Nascimento Thomaz

No início do século XX, o jurista português José Albano Magalhães criticava o uso de leis metropolitanas nas colônias portuguesas. Segundo o jurista, tais leis não traziam nenhum benefício para o poder colonial. De fato, várias instituições jurídicas e administrativas foram transferidas para as áreas coloniais entre o final do século XIX e início do XX. A criação do Juízo de Direito do distrito de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, ocorreu desta forma. Ao ser instituído em 1892, o Juízo de Direito funcionou como um tribunal português em uma área colonial, tendo como função julgar todas as pessoas a partir do direito metropolitano. Contudo, esse funcionamento jurídico passou por determinados ajustes para atender aos interesses do Estado colonial, tal como a aplicação de penas de trabalho que era, rigorosamente, rejeitada em Portugal. Ainda assim, este tribunal pouco satisfaz às necessidades da administração colonial de controlar as populações africanas da região, uma vez que muitos colonizados ignoravam as formas jurídicas dessa instância judicial. No final da década de 1920, o Estado português viu-se obrigado a criar tribunais coloniais adaptáveis aos “usos e costumes dos africanos”. Nesta comunicação, pretendo analisar como as ações do Estado colonial, a partir do Juízo de Direito do Distrito de Cabo Delgado, estiveram ligadas às atitudes do Estado português e dos colonizados, entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do XX.

Palavras-chave: Moçambique, Estado colonial, administração da justiça.

In the early twentieth century, the jurist José Albano Magalhães criticized the use of metropolitan law in Portuguese colony. According to the jurist, such law did not bring any benefit to

the colonial power. In fact, most of legal and administrative institutions were transferred to the colonial area between the last nineteenth and early twentieth century. The Juízo de Direito do Distrito de Cabo Delgado foundation, in northern of Mozambique, followed this way. When it was established in 1892, the Juízo de Direito worked as a Portuguese court in a colonial area, which function was judge everyone according to metropolitan Laws. However, this legal practice has gone through certain adjustments to answer colonial State interests, such as imposing work punishments that was, hardly, refused in Portugal. Nevertheless, this court did not satisfy the colonial administration necessities to control the African populations of region, since the colonized persons ignored the legal forms of the court. In the end of the 1920s, the Portuguese State was forced to create adaptable colonial courts to the “African customs and tradition”. In this presentation, I intend to analyze how the actions of the Colonial State, through the Juízo de Direito do Distrito de Cabo Delgado, were linked with the attitudes of the Portuguese States and the colonized persons, between the late nineteenth and the first three decades of the twentieth century.

Keywords: Mozambique, colonial state, administration of justice.

A comissão de caça de Lourenço Marques e seu papel no Estado Colonial em Moçambique, 1903-1910

Marcos Vinícius Santos Dias Coelho

A Comissão de Caça de Lourenço Marques foi criada em 12 de março de 1903, através da portaria n.º 12 do mesmo ano. Segundo esta portaria, a comissão deveria regular o exercício desta atividade, através da elaboração de um regulamento de caça para o Distrito de Lourenço Marques, sede da capital da colônia. De acordo com os preceitos da portaria, tal regulamento seria, pos-

teriormente, adaptado e aplicado aos demais distritos da colônia. Desta forma, percebe-se que a criação desta comissão, na sede do poder colonial, constituía-se enquanto experimento para efetivação do controle de uma das mais antigas e lucrativas atividades econômicas da região, a caça. Pelo exposto, esta proposta objetiva discutir tanto a intenção da elaboração do primeiro Regulamento de Caça de Lourenço Marques quanto o papel da Comissão de Caça no projeto colonial.

Palavras-chave: Lourenço Marques, estado colonial, comissão de caça.

The Commission Hunting of Lourenço Marques was created on March 12th, 1903, by Ordinance N.º 12 of the same year. Under this ordinance, the commission should regulate the exercise of this activity, by drafting a regulation game for the District of Lourenço Marques, seat of the colonial capital. According to the precepts of the ordinance, such regulation would be later adapted and applied to other districts of the colony. Thus, it is perceived that the creation of this committee, in the seat of colonial power, constituted itself as effective experiment to control one of the oldest and most profitable economic activities in the region, hunting. For the above, this proposal aims to discuss both the intention of drafting the first Hunting Regulation of Lourenço Marques and the role of the Commission Hunting in the colonial project as well.

Keywords: Lourenço Marques, colonial state, hunting commission.

Os serviços de saúde em Moçambique na viragem do século XIX: limitações, dificuldades e imprevistos na sua atuação

Ana Cristina Roque

A história da implementação dos Serviços de Saúde em Moçambique, na viragem do

século XIX, é um processo complexo e multifacetado, possível de abordar segundo várias vertentes mas, indiscutivelmente ligado à sua organização e à produção de todo um conjunto de documentos específicos destes serviços.

Os Relatórios dos Serviços de Saúde ou os Boletins sanitários, mensal e anualmente elaborados pelos delegados de saúde, são um instrumento fundamental para avaliar a sua ação e, em simultâneo, dar conta das muitas dificuldades que se deparavam na sua implementação e funcionamento. Na impossibilidade de se explorar aqui todas as vertentes temáticas desta documentação, este artigo aborda aspetos específicos da relação entre a saúde, obras públicas e saneamento e a sua articulação com a população da colônia.

Palavras-chave: serviços de saúde, obras públicas, saneamento, Moçambique.

The history of the implementation of the Health Services in Mozambique, at the turn of the nineteenth century, is a complex and multifaceted process, possible to address according different perspectives but, inevitably linked to their organization and the production of the specific documents of these services. The Reports of Health Services, monthly and annually prepared by delegates from the Health Services, are a key tool to assess their action and, simultaneously, to account for the many difficulties they encountered in their implementation and operation. As it is Impossible to explore here all the subjects included in this documentation, this article will discuss specific aspects of the relationship between health, public works and sanitation and its linkages with the population of the colony.

Keywords: health services, public works; sanitation, Mozambique.

Saúde como política colonial: os Serviços de Saúde da colônia de Moçambique entre 1933 e 1975

Carolina Maíra Gomes Morais

A partir de relatórios de médicos, engenheiros e demais atores coloniais buscamos discutir a organização de uma medicina oficial em Moçambique, os Serviços de Saúde, entre os anos de 1933 a 1975. Propõe-se aqui pensar a organização dos Serviços de Saúde da Colônia percebendo-a como parte da política colonial portuguesa. Também discutiremos o acesso das populações de Moçambique a estes Serviços.

Palavras-chave: Moçambique, serviços de saúde, políticas coloniais.

From reports of doctors, engineers and other colonial actors we discuss the organization of a medical officer in Mozambique, Health Services, between the years 1933-1975. It is proposed here think the organization of Health Services Colony perceiving it as part of the Portuguese colonial policy. Also discuss people's access to these services in Mozambique.

Keywords: Mozambique, health services, colonial policies.

Médecine occidentale au Cameroun sous administration française: entre heurts et stratégies d'implantation

Jean Gormo | Jeannot Belinga

A ação sanitária da França nunca teve um eco favorável nos Camarões. Ela foi combatida não somente por uma parte da população autóctone que desejava o regresso dos Alemães, mas também pelos curandeiros tradicionais que viam a presença colonial francesa e os seus métodos de tratamento como uma perda da sua soberania curativa. O contacto entre a medicina tradicional e a medicina ocidental desencadeou um

choque de civilizações. A presença da medicina ocidental fez que estes curandeiros perdessem o prestígio que tinham na região. Ainda mais que a intromissão de um elemento novo numa sociedade nunca é algo neutro. Assim, a presença francesa nos Camarões trouxe mudanças no domínio da saúde. Esta reflexão focaliza-se, numa primeira abordagem, no choque que resultou do contacto entre a medicina tradicional e a medicina ocidental e, numa segunda fase, interessa-nos as diferentes estratégias postas a funcionar pela administração colonial francesa para impor a medicina ocidental.

Palavras-chave: Medicina ocidental, medicina tradicional, administração colonial francesa, Camarões.

L'action sanitaire de la France dès ses débuts n'a pas reçu un écho favorable au Cameroun. Elle a été combattue non seulement par une partie de la population autochtone qui souhaitait le retour des Allemands, mais aussi par les guérisseurs traditionnels qui voyaient en la présence de l'administration coloniale française et leurs méthodes de traitement, la perte de leur souveraineté thérapeutique. Le contact entre la médecine traditionnelle et la médecine occidentale a entraîné un choc de civilisation thérapeutique. La présence de la médecine occidentale fait perdre le prestige qu'avaient ces praticiens dans la contrée. Ce d'autant plus que l'intrusion d'un élément nouveau dans une société n'a jamais neutre. Ainsi, la présence française au Cameroun a apporté des changements dans le domaine de la santé. La réflexion se focalisera dans un premier temps sur le choc issu du contact entre médecine traditionnelle et médecine occidentale, dans une seconde phase, on s'intéressera aux différentes stratégies mises au point par l'administration coloniale française pour imposer la médecine occidentale.

Mots-clés: Médecine occidentale, médecine traditionnelle, administration coloniale française, Cameroun.